

* *

*

CONRAD (Robert). — *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkeley, University of California Press, 1972. 344 pp. Ilustrado. Índice.

Nenhum estudioso brasileiro da escravidão negra poude até hoje examinar a instituição do ponto de vista básico, que seria o do próprio escravo negro. A imensa maioria negra era analfabeta e não teve condições para deixar o seu próprio testemunho. Historiadores e antropólogos de cor têm estudado a instituição *post-mortem*, sem os testemunhos ou os documentos dos próprios escravos, e com pouquíssimos elementos dos libertos, cuja consciência esclarecida os levava à luta. A história do Brasil foi e continua sendo uma história de brancos, e de poucos mulatos e raríssimos negros. Mas houve sempre um filtro branco que permitiu que somente uma parte da verdade viesse à luz e não ferisse a consciência social.

Os historiadores americanos, especialmente os mais jovens, com a consciência despertada pela luta no seu país, vêm estudando muito bem o problema da escravidão no Brasil, quer como uma hipótese de trabalho em si mesma, quer para fins comparativos. Deve-se considerar, ainda mais, a grande produtividade da nova e jovem historiografia norte-americana sobre o Brasil para compreender porque tantos livros vêm tratando desta questão de efeitos tão duradouros no processo histórico-social-econômico brasileiro.

O Professor Robert Conrad, da Universidade de Illinois, acaba de publicar um livro, *A Destruição da Escravidão Brasileira*, que é excepcional pelo vulto da pesquisa, pela boa construção temática, e pelo caráter narrativo e interpretativo que soube unir sem dificuldade. Ele usou com bastante desenvoltura fontes essenciais que normalmente muitos esquecem, apesar da importância decisiva que possuem: *Anais* do Parlamento, Relatórios Ministeriais, Relatórios de Presidentes de Província, jornais, viajantes, documentos diplomáticos e relatórios consulares. Sejam quais forem as convicções ideológicas, o documentário é escrito por mãos brancas, e o encadeamento dos fatos e a sua interpretação estão marcados pelas concessões, pelos clamores, pelos desvarios da consciência branca.

Neste livro narra-se a história da instituição de 1850 a 1888. Bem planejado, as duas partes em que se divide estão bem equilibradas. Na primeira se estuda o período entre a supressão do tráfico negreiro em 1850 até o começo do movimento abolicionista, trinta anos depois. Ela contém um excelente estudo do comércio de escravos interprovincial e de seus efeitos no equilíbrio da escravidão como um todo no conjunto do país. Toda esta divisão visa, sobretudo, revelar a importância da escravidão na sociedade brasileira nesses anos

de 1850 a 1888 e as causas do rápido declínio durante estes trinta anos. A segunda parte examina o movimento abolicionista em várias regiões do Brasil, sobretudo no Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul, áreas não negras, e rejeita a tese de que São Paulo tenha estado na vanguarda do abolicionismo.

O livro compendia bem todos os sucessos e etapas da escravidão e do abolicionismo, e segue, de modo geral, a tese convencional de que os escravos são submissos, leais, e raramente recalcitrantes. Não se acentua, tal como na historiografia oficial brasileira, o caráter revoltoso da conquista da liberdade. O escravo aparece como tendo se adaptado às normas sociais brancas, em graus variados, e como tendo aceito sem protesto as reservas ao seu acesso social. O escravo é, então, um objeto de que o patrão põe e dispõe, e não o sujeito do próprio processo histórico, um fator ativo que ajudou a enriquecer o país, ou os senhores, e a criar formas sociais novas resultantes de um sincretismo cultural. Seu caminho próprio para a liberdade está obscurecido, porque não se tem levado em conta as inúmeras rebeliões negras que abalaram o Império entre 1870 e 1888, como tentei mostrar no ensaio “Rebeliões Negras”, capítulo do livro *História e Historiografia* (1970). O livro é muito bom, bem documentado, rico de informações, de ilustrações, e com excelentes taboas estatísticas. Sua tradução seria um serviço aos estudos brasileiros.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

* *

*

PINTO DE AGUIAR. — *Rui e a economia brasileira*. Fundação Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1973.

De uma conferência pronunciada em 1962, Pinto de Aguiar fez, ampliando-a e documentando-a, um alentado volume de mais de 550 páginas, no qual analisa a ainda hoje discutidíssima atuação de Rui quando ministro da Fazenda do Governo Provisório. Acrescentou ao texto o material bibliográfico que serviu de base às suas afirmações que chegaram surpreender muitos dos que o ouviram

“o que demonstra o pouco conhecimento que há da obra de Rui, apreciado por vezes com parca investigação das fontes, ou sem situá-lo em função da época em que viveu; ou mesmo, sem uma análise global da sua atuação”.

Na verdade, Rui Barbosa é mais citado do que lido. Além da bibliografia, traz a obra um documentário de 269 páginas, o que nos leva a dizer que estamos frente a um vigoroso estudo acompanhado de forte documentação.

Poucos ensaístas teriam condição de escrever sobre o tema como Pinto de Aguiar, que apresenta em sua bagagem de escritor trabalhos importantes no